

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT03.007

ORDENS RELIGIOSAS E SUA PRESENÇA NA EDUCAÇÃO COLONIAL BRASILEIRA

Douglas Rubens Nogueira¹

RESUMO

A educação formal brasileira inicia-se no período do Brasil Colônia, com a chegada dos jesuítas, em 1549, sob a orientação do Padre Manoel da Nóbrega. Estes religiosos foram responsáveis pela instrução e catequização até o ano de 1759, contudo esses não foram os únicos religiosos e pensadores a se fixarem no Brasil nesse período. Durante o período colonial, o Brasil vivenciava uma imersão social juntamente com contribuições multiculturais. Apesar de marginalizados e submetidos a uma vida de escravidão, era grande a presença dos povos originários e africanos escravizados, advindos de diversas partes da África e trazidos para a Colônia com o objetivo de trabalharem na extração da madeira Pau-Brasil e nos engenhos de cana-de-açúcar. Além da população originária e dos cativos, a colônia recebeu além dos próprios portugueses, outros imigrantes europeus em menor número. Essa união de diferentes povos, com culturas, crenças e fés diferentes acabaram por influenciar na forma de pensar e agir dos membros da colônia, conseqüentemente, algumas influências se apresentaram em maior grau, quando comparadas a outras. Essa pesquisa teve como objetivo principal o estudo da educação no período colonial brasileiro e a investigação sobre o impacto que as Ordens religiosas tiveram na formação da educação brasileira durante o período colonial; além disso, buscou-se identificar quais ramificações religiosas contribuíram para a

1 Graduado em Direito; Sociologia e Letras, Mestre em Educação pela Universidade do Vale do Sapucaí, prof.douglasrubensnogueira@gmail.com

formação da educação brasileira colonial e entender o motivo que permitiu a supremacia jesuítica no ensino brasileiro. O Brasil sofreu influência de diversas Ordens religiosas cristãs, como os Beneditinos; Franciscanos, Carmelitas e Mouros, os Jesuítas inicialmente detinham uma supremacia educacional, mesmo não tendo sido a primeira Ordem a pisar em solo brasileiro. No decorrer desse trabalho discutiremos a fixação em território brasileiro e a práxis escolar das Ordens dos jesuítas, Beneditinos e Franciscanos.

Palavras-chave: História da Educação, Brasil Colonial, Ordens Religiosas.

INTRODUÇÃO

Como bem explica Nogueira (2024, p. 16) “O homem é um ser histórico e social construído no tempo, evoluindo por meio de ações e pensamentos que se modificavam durante sua existência à medida que ultrapassava os sufrágios da vida em sociedade, bem como da própria experiência pessoal”, então estudar a história da educação brasileira é estudar as próprias raízes sociais do Brasil, suas origens e mutações, afim de se entender a sociedade atual por meio de sua historiografia.

Colaboram com esse pensamento Rosálio e Mello (2015, p. 380)

Estudar a educação brasileira, no seu primeiro século de colonização implica, necessariamente, buscar compreender a realidade da época do ponto de vista cultural, econômico, político e religioso. Para isso, torna-se necessário ir às fontes que retratem de modo o mais fidedigno possível aquele contexto social.

As pesquisas em história da educação enfrentam as mesmas dificuldades que perpassam a própria historiografia geral, no que tange as fontes educacionais, quando se estuda as Ordens Religiosas presentes no Brasil e na própria América entre 1500 e 1822 essa dificuldade se mostra ainda mais acentuada, visto a escassez de documentos de outras ordens que não a jesuítica.

Nos estudos em história da educação, permaneceu por muito tempo uma concepção de que as fontes de pesquisa deveriam ser apenas os oficiais, como atas oficiais, relatórios de autoridades e a própria legislação vigente, o que limitava os pesquisadores aos documentos oficiais, escassos e malconservados, o que criava lacunas na interpretação da realidade.

Essa falta de oficialidade foi o que trouxe a ideia de soberania aos jesuítas, tendo sido uma Ordem religiosa pautada na legislação extensa, na prática da escrita e na conservação de seus documentos, obviamente essa característica laboriosa não foi o suficiente para assumirem a totalidade hegemônica da educação colonial. O Brasil recebeu membros de diversas outras ordens religiosas, tais como os Mouros, Franciscanos, Beneditinos e

Carmelitas, isso para além da raiz educacional que já existia na informalidade do aprendizado indígena.

Iglesias (2010, p. 37), sobre esse assunto acrescenta:

A falta de análises mais detalhadas sobre as fontes documentais levou os historiadores a deixarem de lado alguns aspectos que lhes pareceram insignificantes ou sem valor. Um desses aspectos diz respeito à boa organização dos jesuítas e à preocupação em relação à sistematização da sua história em contraposição, notadamente, aos franciscanos, que não se preocuparam em documentar e nem mesmo preservar suas fontes documentais. Por não atentarem para tais questões, os historiadores passaram a reproduzir sem maior criticidade e até mesmo preconceito os fatos e dados propiciados pelas abundantes fontes jesuíticas, contribuindo, dessa forma, para a manutenção da hegemonia dos jesuítas, que, foi construída pelo relevante embate travado no campo ideológico entre as Ordens religiosas que atuaram no Brasil no Período Colonial e que permaneceram perpetuadas na historiografia brasileira.

O período colonial baseou-se no latifúndio e na mão de obra escravizada, o que contribuiu para o fortalecimento de uma ideia patriarcal, caracterizada pela subordinação, medo e mitigância de direitos, entre eles o educacional, onde a educação era limitada aos brancos e quase exclusivamente aos homens brancos, mesmo que essa educação fosse fornecida por membros cristãos, onde o princípio da igualdade é pregado, como podemos perceber simultaneamente em Gálatas 3:28; Romanos 2:11; Provérbios 22:2; Lucas 10:27-28 entre diversas outras passagens do Livro Sagrado para os cristãos.

Rosália e Mello (2015, p. 382) explicam que:

O sistema colonial organizou-se sobre um modo de produção escravocrata. Primeiro sobre os índios e posteriormente, devido a deficiência em lidar com os indígenas, a escravidão se fundamenta basicamente na mão de obra do negro africano. O regime de escravidão como um meio cruel da exploração dos índios e dos negros africanos revelou uma contradição entre a civilização cristã e a realidade econômica social ditada pelos cristãos portugueses, (os jesuítas se opunham à escravidão e à mortandade em massa dos naturais da terra). Com a implantação dos latifúndios açucareiro e posteriormente de tabaco e algodão, intensifica-se o tráfico de escravos africanos

para aumentar, ainda mais os lucros do Estado e da burguesia comercial portuguesa.

Neste momento, instrução ainda não era considerada uma atividade social importante e a sua implantação teria que ser conveniente e interessar a camada dirigente porque esta deveria servir de articulação entre os interesses metropolitanos e as atividades coloniais.

Durante o período colônia (1500-1822) e mesmo após ele, a educação formal teve braços religiosos em seu comando. Além da formação de seus próprios quadros, dentro de suas ordens, esses grupos religiosos tinham sobre sua responsabilidade um grande número de missões, o ensino das primeiras letras e obras catequéticas, onde salienta-se que a catequese foi a primeira forma de educação formal recebida em território brasileiro. Após sua chegada em 1549 a Companhia de Jesus conquistou uma soberania do segmento durante o período colonial frente as demais ordens. Com uma organização complexa, eficiente e grande número de missionários, fundou colégios e atuou por duzentos anos, até sua expulsão do território Brasileiro por Marquês de Pombal.

METODOLOGIA

O presente trabalho originou-se da dissertação de mestrado apresentado ao PPGEducS da Universidade do Vale do Sapucaí no ano de 2023. A metodologia utilizada para sua concretização foi uma revisão integrativa da literatura, em buscadores como o Google Acadêmico, SciELO, Academia.Edu e Portal Capes. Neles, as buscas abrangeram termos diversos, tais como: “história da educação; educação no Brasil, Brasil colonial, jesuítas no Brasil e religião e educação”. Vale ressaltar que todos foram apresentados sob diferentes formatos, sendo eles: livros, sítios eletrônicos, revistas, teses, dissertações, artigos científicos e outros que puderam contribuir para com o presente objeto de estudo, todos de domínio público. Durante a busca, não houve limite temporal ou territorial, tendo sido incluídos tanto materiais seculares quanto atuais, produzidos no Brasil ou no exterior.

A partir dos materiais obtidos, a pesquisa bibliográfica foi realizada em “bola de neve”, a fim de proporcionar as definições necessárias ao presente trabalho e a revisão de teorias nas áreas estudadas e na literatura. O método proposto tem o propósito de construir uma contextualização dos materiais consultados, permitindo uma visão multidisciplinar sobre o tema.

JESUÍTAS

Iñigo López de Oñaz y Loyola, conhecido como Inácio de Loyola, fundou em 1540 a Companhia de Jesus, regida pela bula *regimi militantis ecclesiae*, ao qual foi editada pelo Papa Paulo III em 27 de setembro de 1540.

Em 1549, a pedido do Rei D. João III, ao qual via nos jesuítas um instrumento de expansão do cristianismo em meio ao avanço do protestantismo na Europa, por conta do conhecimento e da oratória que possuíam, os jesuítas chegam ao Brasil. Os jesuítas nortearam sua atuação em terras brasileiras com base na salvação das almas e desejo de servir ao papado e ao rei.

A Ordem dos Jesuítas é produto de um interesse mútuo entre a Coroa de Portugal e o Papado. Ela é útil à Igreja e ao Estado emergente. Os dois pretendem expandir o mundo, defender as novas fronteiras, somar forças, integrar interesses leigos e cristãos, organizar o trabalho no Novo Mundo pela força da unidade lei-rei-fé. (RAYMUNDO, 1998, p. 43)

Rosália e Mello (2015, p. 382) explicam que:

A Reforma Protestante, constituiu-se em um duro golpe aos domínios da Igreja Católica que para tanto necessitava reagir, sob pena de perder cada vez mais seus adeptos. Assim, era necessário atuar em duas frentes, na arregimentação dos chamados incrédulos e na arrecadação de fundos para o combate a Reforma protestante.

Em 29 de março de 1549, desembarcaram no Brasil juntamente com a numerosa expedição do 1º. Governador Geral, Tomé de Sousa, no local

denominado Arraial do Pereira, na bahia de Todos os Santos. Com ele, havia seis jesuítas, liderados pelo Pe. Manuel da Nóbrega, tornando-se o primeiro grupo da nascente Companhia de Jesus que chegava às Américas.

Segundo Klein (2015), 15 dias após o primeiro desembarque, na Bahia, os portugueses iam dando vida à cidade de Salvador, ao lado do Arraial do Pereira, e os jesuítas já colocavam em funcionamento a primeira instituição educativa em solo brasileiro, que acabaram construindo de maneira ainda rudimentar por suas mãos, indo eles próprios ao mato buscar as madeiras para fazer as taipas. Essa era uma escola elementar de ler e escrever, aprender matemática básica e canto, dirigida pelo estudante jesuíta Vicente Rodrigues, de 21 anos de idade, o primeiro professor do Brasil.

Os jesuítas traziam consigo uma formação acadêmica parisiense, humanista, escolástica, fixada no cumprimento de ordens e na obediência, principalmente, nas Constituições da Companhia e nos ensinamentos de Loyola, estudados por meio de seu livro “Exercícios Espirituais”. Essa estrutura educacional é, em partes, uma forma de educação cuja teoria e prática pedagógicas podem ser percebidas nas salas de aula até os dias atuais.

A coroa portuguesa comprometeu-se a financiar o sustento dos jesuítas no Brasil em troca de sua função de catequisar e domesticar os indígenas. A Coroa, anualmente, pagava a eles determinado soldo em dinheiro e/ou mantimentos. Em decorrência disso, o jesuíta vindo ao Brasil, além de ser membro de uma ordem religiosa e seguir as orientações e ordens do papado, era um operário do próprio rei português: como operário do rei, tinha como principal função civilizar e catequizar índios; como jesuíta, era um “guerreiro de Cristo”, com a missão de conquistar almas para o reino do Deus que anunciava. Para o pensamento limitado da época, os dois papéis se completavam facilmente.

[...] eu e os reis destes reinos meus subcessores, governadores e perpetuos administradores [...] vendo quam apropriado o Instituto dos Padres da Companhia de Jesus he para a conversão dos infieis e gentios daquellas partes e instrução dos

novamente convertidos, ter mandado alguns dos ditos Padres as ditas partes do Brasil cõ intenção e determinação de nellas mandar fazer e fundar collegios a custa da sua fazenda [...]. E depois de avida a dita informação, assentey cõ parecer dos do meu cõselho, de mandar acabar nas ditas partes hum collegio da dita Companhia na cidade do Salvador da capitania da Baya de todos os Santos, onde já está começado; o qual collegio fosse tal que nelle podessem residir e estar até sessenta pessoas da dita Companhia, que parece que por agora deve aver nelle pellos diversos lugares e muitas partes em que os ditos Padres residem e a que do dito collegio são enviados pera bem da conversão e outras obras de serviço de Nosso Senhor, e pera sustentação do dito collegio e religiosos delle ey por bê de lhes aplicar e dotar, e de feito por esta minha carta de doação doto e aplico huma redizima de todos os dizimos e direitos que tenho e me pertencem e ao diante pertencerem nas ditas partes do Brasil. (D. Sebastião I, 1938, p. 538-539)

Quando chegaram no Brasil, encontraram um campo social muito próprio e diferente do que atuavam na Europa. Inicialmente, os povos originários pareciam fáceis de serem catequizados, uma vez que não os viam como seres fixados em ritos ou crenças próprias, muito disso se dava ao não conhecimento da fé indígena, uma vez que ela existia e era passada de geração para geração, muitas vezes com nuances entre uma aldeia e outra.

Erroneamente essa vista pureza doutrinaria entusiasmou os jesuítas, originando os primeiros relatos enviados a Portugal, onde estão repletos de elogios e uma visão equivocada de sucesso na missão catequética. Segundo Nogueira (2024, p. 39) ‘. Ideias essas que vêm expressas em várias passagens das cartas jesuíticas enviadas a Portugal e ao Papa, cartas que demonstravam uma espécie de sentimento de compaixão pelas almas ditas perdidas dos nativos do Brasil’.

O projeto educacional jesuítico, juntamente com os portugueses que vieram para a Colônia brasileira em busca de prometidas riquezas, teve um papel considerado fundamental na formação da nova estrutura social, administrativa e produtiva da sociedade que estava sendo aqui formada.

Quando partimos de uma ideia de que o fenômeno educacional não é por si só um fenômeno independente e autônomo que representa uma

das estruturas da realidade social de determinado povo e em determinado momento histórico, precisamos analisar o projeto jesuítico levando-se em conta o desenvolvimento social e produtivo da época colonial. Assim, pode-se entender que o modelo educacional jesuítico apresentado, que pretendia transformar os índios em um modelo de homem, baseado nos princípios escolásticos, era coerente com as necessidades e aspirações apresentadas pela sociedade que estava em formação, durante a primeira fase do período colonial brasileiro.

A Ordem dos Jesuítas não foi, entretanto, criada só com fins educacionais; ademais, parece que no começo não figuravam esses entre os propósitos, que eram antes a confissão, a pregação e a catequização. Seu recurso principal eram os chamados “exercícios espirituais”, que exerceram enorme influência anímica e religiosa ente os adultos. Todavia pouco a pouco a educação ocupou um dos lugares mais importantes, senão mais importante, entre as atividades da Companhia. (LUZURIAGA, 1985, p. 118-119)

O Projeto Educacional Jesuítico não se apresentava como um simples projeto de catequização indígena, mas demonstrou ser um projeto mais amplo, um projeto que pretendia uma transformação social, tendo como principal função propor e promover mudanças drásticas na cultura indígena brasileira. Teixeira Soares (1961, p. 142) afirma que a Companhia de Jesus surgiu como “uma explosão de pensamento religioso transvertido ao campo das atividades práticas. Refazer o homem, infundir-lhe espírito novo, arquetipá-lo em finalidade sociais e religiosas, foi a ação da Ordem.”

Ao analisar o Projeto Jesuítico para o Brasil Colônia, percebe-se que este acabou por atingir seus objetivos de forma satisfatória, sendo conquistado gradativamente, a partir de dificuldades e esforços de seus membros.

Foi ainda em 1549 que o Padra Manoel da Nobrega, juntamente com seus companheiros da Companhia de Jesus, fundou, na Bahia, a primeira “escola de ler e escrever” brasileira, iniciando-se assim um processo educacional, mas ainda longe do modelo português.

O plano de estudos organizado pelo padre Manuel da Nóbrega fora construído em duas fases: a primeira, considerada como de ensinamento dos estudos elementares, constituída pelo aprendizado da língua portuguesa, do ensinamento da teologia e da alfabetização. Para a segunda fase desse processo de ensino, o aluno teria a opção de escolher entre o ensino profissionalizante e o ensino médio, seguindo suas próprias aptidões e dotes intelectuais revelados durante o ensino elementar. Contudo, era possível verificar a interferência do ambiente, pois uma vez que a pessoa precisava trabalhar, a escolha sobre qual modelo de aulas seguir não era tão real quanto deveria ser. Como uma espécie de premiação, os alunos que mais se dedicassem e se destacassem nos estudos voltados ao latim eram enviados em viagem de estudos aos grandes colégios de Coimbra ou da Espanha.

Em 1551, desembarcou no Brasil o segundo grupo de padres jesuítas oriundos de Lisboa, e juntamente com os padres veio um grupo de vinte meninos órfãos de Lisboa. Esses meninos já haviam sido orientados e treinados para desempenharem suas funções e auxiliarem os jesuítas em sua obra de evangelização. Assim, logo que desembarcaram, foram distribuídos e enviados para os colégios jesuítas existentes nas terras brasileiras. Nesse mesmo ano, a escola da Bahia foi transformada em Colégio dos Meninos de Jesus.

Nogueira (2024, p. 53) escreve que ‘os colégios, eram espaços de ensino de letras e cálculos, mas também eram os centros de propagação dos missionários, que permaneciam ligados a eles e subordinados aos seus superiores, mesmo estes não residindo nesses estabelecimentos’.

A Ordem dos jesuítas, desde a sua fundação, cuidou de elaborar as bases teóricas do que seria a sua pedagogia, além dos métodos e das regras que iriam nortear a sua ação educativa. A união dessas regras e métodos ficou conhecida pelo nome de *Ratio Studiorum*, tendo como modelo as Constituições jesuíticas, em especial o seu capítulo IV, baseado no livro de Loyola, intitulado Exercícios Espirituais de Inácio de Loyola, e o

modus parisiensis como método capaz de ensinar de forma adequada a sua pedagogia.

A Ordem jesuítica era fortemente sustentada por regras e havia um grande senso de respeito a elas. A Ratio, constantemente, salientava a necessidade de observância das normas para uma prática pedagógica eficiente, tanto na formação de professores quanto na atuação como transportadores do conhecimento. Daí que o *Ratio Studiorum*, de 1599, apresenta o seguinte sumário:

Regras do Provincial; Regras do Reitor; Regras do Prefeito (de Estudos Superiores); Regras Comuns a todos os Professores de Faculdades Superiores; Regras Particulares dos Professores de Faculdades Superiores (Professor de Escrita, Professor de Hebreu, Professor de Teologia, Professor de Casos de Consciência ou Teologia Moral); Regras dos Professores de Filosofia (Professor de Filosofia, Professor de Filosofia Moral, Professor de Matemática); Regras do Prefeito de Estudos Inferiores; Regras dos Exames Escritos e Prêmios; Regras Comuns aos Professores das Classes Inferiores; Regras Particulares de Professores das Classes Inferiores (Professor de Retórica, Professor de Humanidades, Professor de Gramática Superior, Professor de Gramática Média, Professor de Gramática Inferior); Regras dos Estudantes da Companhia; Regras dos que Repetem a Teologia; Regras do Bedel; Regras dos Estudantes Externos; Regras das Academias; Regras do Prefeito (Academia de Teologia e Filosofia); Regras do Prefeito desta Academia (Academia de Retórica e Humanidades, Academia dos Gramáticos, Ordenação para os Estudos Superiores) (RATIO STUDIORUM, 1559/1870)

A prática pedagógica estava centrada na figura do professor. Este, aseado às regras, conduz o ensino da língua e procura transmitir ao aluno, através de argumentos, o saber do qual ele é portador. Mesquida (2006, p. 4) escreve que “Mesmo sem ser necessariamente uma folha em branco à espera de que lhe seja impresso o conhecimento, o discípulo é uma matéria informe que aguarda o momento de ter as suas potencialidades “estimuladas” pelo cinzel do escultor. Este dará à matéria a forma cujo modelo está no seu pensamento”.

BENEDITINOS

Os beneditinos representam muito bem a palavra tradição, principalmente, quando relacionados às Ordens religiosas, uma vez que estão entre os mais antigos agrupamentos cristãos. Os beneditinos remontam ao século VI, enquanto os Ordem dos Franciscanos foi fundada no século XIII e a jesuítica no século XVI. Seu fundador foi Bento de Núrsia, considerado pelos católicos o patriarca dos monges do ocidente, ele foi um abade italiano e teve sua vida narrada pelo Papa Gregório Magno, conhecido, principalmente, por suas obras, mais numerosas que as de seus predecessores, inscritas no segundo livro dos Diálogos.

O sistema que rege a organização da Ordem dos Beneditinos é uma regra escrita no século VI, atribuída a seu patriarca. Esse sistema normativo possui setenta e três capítulos e um prologo, seus fundamentos buscam encontrar um determinado equilíbrio na vida dentro dos monastérios, “esse sistema normativo é um verdadeiro manual de bom comportamento e sistema civilizatório”, como escreve Souza (2011, p.33).

Esse ordenamento ficou conhecido como “A Regra de São Bento” e estabelece detalhes da administração da própria Ordem, tais como: a distribuição dos cargos dentro da comunidade, assim como a distribuição dos recursos financeiros. Dentro desse sistema de regras, encontramos penalidades e as devidas coerções aplicadas aos transgressores, essas normativas eram comuns entre as comunidades monásticas e visavam à proteção e à continuidade dessas Ordens.

O trabalho dos religiosos da Ordem beneditina é compreendido como uma ação de educar através da conversão religiosa, uma vez que era por meio da catequese dos indígenas e dos escravizados que se pretendia uma conversão ao cristianismo. Como já preconizado em outros momentos, o campo da história da educação tem poucas pesquisas, sobretudo quando o tema recai sobre Ordens religiosas que não a jesuítica, contudo, como explica Toledo e Barboza (2022, p.402):

...eles não foram os únicos. Os franciscanos, oratorianos, carmelitas e beneditinos também contribuíram. As missões de evangelização e catequização desenvolvidas por essas Ordens são importantes para o entendimento da relação entre religião e educação. É no campo da instrução, da doutrinação e da formação de hábitos cristãos que podemos compreender o trabalho relevante das diferentes Ordens religiosas na educação no contexto da América Portuguesa.

Filipe II, rei de Espanha e Portugal entre 1581-1598, teve uma importante relação com as ordens religiosas e isso foi fundamental para suas expansões. Em 1581, no início de seu reinado, foram firmados acordos fiscais e de jurisdição com o estado eclesiástico, destacando-se o interesse em expansão fora da Europa.

Segundo Souza (2011, p.51), “Os beneditinos se colocaram à disposição do rei em qualquer área do vasto território e isso aponta para sua posição de vassalos da Religião e da Coroa ao mesmo tempo”. Percebe-se, assim, um claro interesse de expansão da Ordem para Terras além-mar, demonstrando também uma submissão às vontades e às ordens da Coroa Portuguesa.

Na historiografia sobre a época moderna este duplo vínculo é constantemente invocado para explicar as relações entre a esfera espiritual e a temporal, em uma equação muitas vezes extremamente simplista que ressalta uma colaboração entre a Coroa e a Cruz na conquista de novos horizontes. Este vínculo recebe a denominação de padroado, e pode ser amplamente definido como uma combinação de direitos, privilégios e deveres concedidos pelo papado à Coroa de Portugal como patrona das missões e instituições eclesiásticas católicas romanas em vastas regiões da África, da Ásia e do Brasil. (Souza 2011, p. 52)

Os filhos de São Bento aportaram no Brasil no fim do século XVI. Frei Antônio de Ventura Latrão, em 1581, foi o primeiro religioso a fundar um mosteiro na América portuguesa, na cidade de Salvador.

As instituições do clero que ainda não haviam chegado ao Brasil antes do período Filipino (1581-1598), quando chegaram, prestavam serviço à Coroa. Portanto, as expansões dessas ordens reafirmavam o pacto político que existia entre ambas. Esse tratado, a princípio, envolvia a captação de

novos fiéis para a fé católica, e isso se dava por meio da catequese, sua principal ferramenta. A catequese, além de ensinar a doutrina cristã, tinha como obrigação ensinar os indígenas e o povo escravizado a ler e escrever, pois essa prática era fundamental para a conversão religiosa.

A Coroa tinha como obrigação sustentar a instalação da Ordem em seus novos locais de catequização e ensino. Isso não foi cumprido com os Beneditinos. De acordo com o escritor Gabriel Soares de Souza, em 1587: “esse mosteiro de São Bento [da Bahia] é muito pobre, o qual se mantém de esmolas que pedem os frades pelas fazendas dos moradores, e não tem nenhuma renda de Sua Majestade, em quem será bem empregada, pelas necessidades que tem, cujos religiosos vivem santa e honesta vida”. Foram os locais os maiores motivos para a fixação da Ordem Beneditina na Bahia “estão benquistos e mui bem recebidos do povo, os quais haverá três anos que foram a esta cidade, com licença de Sua Majestade fundar este mosteiro, que lhes os moradores dela fizeram à sua custa, com grande fervor e alvoroço”.

Segundo Souza (2011, p.52) postula que o valor destinado à Ordem por meio Da Coroa portuguesa era tão diminuto que “Não cobria nem os gastos com manteiga usado pelo mosteiro do Rio de Janeiro”. Contudo, havia outros incentivos financeiros como isenção do pagamento de impostos, mesmo que não de forma rotineira, como descreve Souza (idem), pois “dependia dos humores dos contratadores”.

Na primeira metade do século XVII, os beneditinos estabeleceram grandes latifúndios, fruto da união de diversas doações, isso os vinculou ao restante da sociedade, pois havia arrecadações também de aluguéis em área urbana, além de uma grande produção agrícola, que era mantida por mão de obra escravizada.

Os beneditinos, por não terem apoio financeiro da própria Ordem em Portugal e tampouco da Coroa, tiveram de encontrar meios para se sustentarem nas novas terras brasileiras. Entre as estratégias de arrecadação financeira para manutenção da Ordem, encontravam-se ordens do Frei Cypriano, abade em Pernambuco que “determinava de acompa-

nhar defuntos com seus monges e ir a outras igrejas a fazer ofícios e quer mandar os religiosos com alforjes pelas ruas pedir esmolas como mendicantes. ”

Foram nesses latifúndios que os beneditinos realizaram a educação dos indígenas e dos escravizados, por meio da catequização e da educação informal, essa educação informal era inserida juntamente com uma educação profissional, em que buscavam inserir os indígenas e escravizados na sociedade, tornando-os “úteis” dentro da estrutura colonizadora. “As crianças ... recebiam aulas de alfabetização, e instrução na prática dos trabalhos rurais como: lavoura, criação de gado e vários serviços domésticos” (Tavares, 2007, p. 86).

Em relação ao ensino beneditino, Cassimiro (2009) escreve:

A educação formal era destinada aos brancos portugueses, filhos da elite colonial, formação preparatória para assumir os cargos de poder e/ou para a vida religiosa. Os brancos portugueses, filhos das classes populares, tinham acesso à educação elementar (ler, escrever e contar). A educação dos indígenas e mestiços ocorria nas missões, nos engenhos e nas igrejas. A eles era ensinado o catecismo preparatório à vida cristã, para cumprirem os seus deveres para com a Igreja e para com o Estado.

Nas aldeias indígenas, os beneditinos atuavam na tentativa de convencimento para que as crianças fossem levadas para os monteiros e fazendas da Ordem, para receberem educação conforme a doutrina cristã. As crianças, então, eram levadas para as atividades catequéticas, leitura, escrita e cálculo, nesse sentido, a evangelização envolvia, numa única ação, a educação cristã e o ensino das primeiras letras e números.

Em 1570, no primeiro Capítulo Geral da Congregação Beneditina Portuguesa, demonstrou-se uma preocupação em relação à formação religiosa e acadêmica dos noviços. A formação dos noviciados ganhou centro nas discussões a partir da necessidade de ampliação dos quadros dos mosteiros, que estavam em plena ascensão. Em 1575, o Abade Geral da Congregação Beneditina determinou o ensino do latim, artes e teologia para os religiosos da Ordem. Segundo ele, o exercício das letras, oração e

as práticas espirituais eram um meio eficaz de se demonstrar a verdadeira religião.

Os candidatos a noviços eram avaliados pelo próprio Abade Geral e uma das qualidades de aceitação ou não para ingressar na Ordem era o “sangue limpo”, ou seja, avaliava-se sua árvore genealógica e, principalmente, se eram mestiços, caso fossem mestiços ou de uma linhagem não nobre, os candidatos eram desqualificados e não poderiam seguir como monges da Ordem.

Segundo Toledo e Barboza (2022),

...determinou-se, na Junta de Tibães, em 1596, que houvesse religiosos qualificados para avaliar o ingresso dos candidatos ao noviciado. Para tanto, nesse Capítulo Geral e Definitório, foram nomeados para examinadores do mosteiro de São Bento de Salvador fr. Tomaz, Abade do dito mosteiro, fr. Antonio Ventura e fr. Mâncio da Cruz. E, no mosteiro de Olinda, fr. Bento do Rio Douro, fr. Bento de Lx. e Fr. Mâncio dos Mártires. No caso de morte de um deles, os demais, em cada mosteiro, elegiam outro.

Ficou estabelecido, por meio das Constituições Beneditinas, que não seriam criados nos mosteiros do Brasil nenhum curso de artes; contudo, sabendo da existência de candidatos com habilidades para receber a formação beneditina, os Abades de cada mosteiro receberam orientação para que, juntamente com os Padres do Conselho de cada mosteiro e o Padre Provincial, examinassem cada candidato, selecionando aqueles com habilidades para letras. Cada mosteiro deveria enviar os nomes dos candidatos aprovados para que o Padre Geral da Ordem escolhesse quatro, os aprovados seriam encaminhados a Portugal para realizarem o curso de Artes, Filosofia e Teologia. Uma grande parte desses candidatos eram oriundos de famílias abastadas, ou seja, a maioria dos noviços pertenciam à elite social.

Os selecionados a concluírem sua formação na Europa deveriam retornar ao Brasil e aqui propagar o conhecimento adquirido, para isso eles eram escalados para o magistério, ensino das primeiras letras, entre outras atividades.

Em 1727, iniciou-se, no Mosteiro de Olinda, o curso de Filosofia, enquanto o curso de Teologia era ministrado nos Mosteiros da Bahia e do Rio de Janeiro. Os religiosos da Bahia e do Rio de Janeiro que tiveram aspiração para a filosofia foram enviados para estudar em Olinda e os alunos que terminaram o curso de Filosofia foram enviados para cursar Teologia no Rio de Janeiro ou Bahia, conforme consta na Crônica do Mosteiro de São Bento (1940).

FRANCISCANOS

Os primeiros missionários a chegarem ao Brasil foram os frades franciscanos. Frei Henrique Soares de Coimbra, que veio com Cabral em 1500, era franciscano do Convento de Alenquer, foi ele quem celebrou o primeiro ritual religioso branco Brasil, em 26 de abril de 1500, na Praia da Coroa Vermelha, no litoral sul da Bahia. Com ele vieram também Frei Gaspar, Frei Francisco da Cruz, Frei Simão de Guimarães, Frei Luiz do Salvador, sendo todos os quatro pregadores; Frei Masseu, sacerdote organista e músico; Frei Pedro Neto, corista e Frei João da Vitória, irmão leigo (Miranda, 1969).

[...] sendo assim, entre todas as Ordens de Religiosos, os primeiros que não só descobriram, e pisaram a terra do Brasil e Novo Mundo; mas também os que a santificaram, primeiro que todos, com o tremendo Sacrifício do Altar; eles os primeiros que semearam nela, e plantaram a semente da Pregação Evangélica (JABOATAM, 1858, p. 8).

A presença franciscana em terras brasileiras pode ser dividida em 4 épocas. A primeira é conhecida como Presença Esporádica e vai dos anos 1500 a 1585. A segunda é conhecida como Presença Missionária e compreende os anos de 1585 a 1750. A terceira compreende os anos de 1750 a 1889. A quarta fase vai de 1889 a 1963.

Conforme detalha Brunório (2016),

Segundo a cronologia adotada pela ordem, a presença franciscana no Brasil é dividida em 4 épocas. A primeira época é

conhecida como Presença Esporádica e vai de 1500 a 1585, incluindo missões e incursões franciscanas pelo território latino-americano. A segunda época é conhecida como Presença Missionária e vai de 1585 a 1750, anos em que a Província de São Antonio é criada e dividida, fomentada e limitada pela monarquia e, por fim, quase extinta. Entre 1750 e 1889 a crise se agrava e dá nome à época franciscana, que se encerra com a aceitação da Província da Saxônia em participar da restauração da Província de Santo Antônio. A Presença Restauradora vai de 1889 a 1963 e chega com os primeiros franciscanos da Saxônia em Santa Catarina e na Bahia.

Na historiografia da Ordem Franciscana no Brasil, percebe-se que, assim como aconteceu na Índia, na China e no Japão, foram muitos os conflitos estabelecidos nos primeiros séculos de atividade missionária, sendo que o foco maior correu com os jesuítas. Esses conflitos resultavam na expulsão de uma ou de outra Ordem do território onde cumpria sua missão.

Conforme explica a Professora Iglesias (2010, p.35),

No Brasil esses conflitos aconteceram logo nos primeiros anos de colonização, durante os trinta anos de atividades missionárias franciscanas na Paraíba (1589-1619)⁵⁰, quando por decreto do Rei Felipe II, os jesuítas tiveram que abandonar as Missões do Braço do Peixe e entregá-las aos franciscanos. Em 1640, em São Paulo, em conflito com os colonos e a câmara, devido à defesa da causa indígena, os jesuítas foram intimados a se retirar da capitania para onde só voltaram em 1653, treze anos depois – fato que eles remetem à ajuda dos franciscanos que permaneceram missionando naquela região. Em 1640, no Rio de Janeiro, pelo mesmo motivo, o povo e a câmara se uniram contra os Jesuítas, e os padres foram expulsos por horas da cidade, mas puderam voltar mediante declaração de que só se envolveriam com a administração dos índios em suas aldeias. Em 1661, no Maranhão e Grão-Pará, os jesuítas, inclusive o Padre Antonio Vieira, foram expulsos pela primeira vez para o reino, tendo voltado um ano depois. Finalmente, em 1684, foram expulsos pela segunda vez do Maranhão; todavia, o Regimento das Missões de 1686 restituiu aos jesuítas não só as antigas Missões, mas também seu governo espiritual, temporal e político na região.

Sangenis (2006) explica que, por conta dos constantes conflitos entre as Ordens religiosas no Brasil Colônia, é comum um caráter majorado das

narrativas dos autores religiosos da época, que exaltavam os métodos educacionais e as qualidades das Ordens das quais eram seguidores. Tais autores se calavam ou minimizavam os erros cometidos por sua Ordem, enquanto apontavam os defeitos e erros de seu adversário. Tais conflitos são percebidos na literatura jesuítica, onde são mencionados todos que foram perdidos.

As ordens jesuítica e beneditina atuavam na educação, uma parte de seus membros se dedicaram à pesquisa e à erudição e escreveram nas diversas áreas das ciências. Aprender a língua indígena era fundamental para o sucesso de qualquer missão de conversão indígena, por esse motivo, em ambas as ordens se encontravam grandes linguistas. A relação com o povo originário sempre foi ambígua, pois ao mesmo tempo que assumiram a defesa de seus direitos e interesses, também colaboraram com as autoridades e apoiaram a conquista e a colonização.

A educação promovida pela Ordem Franciscana e praticada na América desenvolveu-se em paralelo à ocupação territorial. A conversão ao cristianismo fez parte, como pilar fundamental, dessa educação e ocorreu concomitantemente à colonização, foi utilizada como estratégia para o domínio e acomodação do território anexado, a princípio pela Coroa espanhola e, em seguida, pela Coroa portuguesa. Logo, para que se entenda o processo educacional, faz-se necessário lançar olhos ao processo de colonização e ao desenvolvimento e integração da Igreja com a Coroa.

Os métodos de ensino implantados pelos frades franciscanos, na primeira fase da colonização, foram intervenções que, necessariamente, foram adaptadas devido a características do campo apostólico. Foi um trabalho pensado e com bases em sólidos fundamentos. O método de ensino utilizado era conhecido como mediações teórico-práticas das atividades pedagógicas, fundamentado em princípios catequéticos e aplicados em função dessa finalidade. Os frades franciscanos buscavam os métodos que entendiam mais adequados para a mediação do trabalho educacional em cada situação concreta e em cada grupo em particular

e criavam técnicas e recursos pedagógicos para a viabilização da práxis educativa.

Desde a ereção do Convento de Nossa Senhora das Neves, em Olinda, no ano de 1585, marco esse como estabelecimento definitivo dos Franciscanos no Brasil, notava-se o interesse da ordem em implantar-se dentro dos conventos, escolas e cursos. Sendo assim, mantinham-se, dentro dos conventos, cursos para os candidatos ao sacerdócio e fora dos conventos, eram mantidas escolas de primeiras letras.

Segundo Jaboatão (1858), assim que chegaram em Olinda, os frades cuidaram de iniciar a catequese do povo originário. Em 1586, os frades fundaram um internato para as crianças indígenas, onde era ensinada a doutrina crista e onde aprendiam leitura, escrita, numerais e música. Essas crianças acompanhavam os missionários em viagens até outras aldeias e eram fundamentais para a missão catequética, de modo a traduzir os termos e fazer comparações próprias para explicarem aos adultos a nova religião. A escola dos meninos era “o principal cuidado dos religiosos”. Jaboatão ainda elenca que entre as matérias ensinadas, a música era a mais apreciada pelas crianças indígenas, em razão da sua percepção e criação cultural.

É um consenso entre os historiadores Franciscanos que catequiza-ção, conversão religiosa e educação são processos equivalentes. Segundo Iglesias (2010, p. 337), “Em cada Convento ou Fundação franciscana na América se construía ou se dedicava um espaço para a escola – escola aqui entendida como espaço dedicado a promover o ensino-aprendizagem.”

Venâncio Willeke (1961, p.87) afirma que onde quer que os franciscanos se estabelecessem e construíssem uma capela, surgia, infalivelmente, uma escola e que os missionários franciscanos “gozavam de tanta fama de educadores que o povo nortista até hoje os chama de Padre Mestre”.

Os franciscanos fundavam as suas escolas de primeiras letras, essas que eram destinadas à catequese indígena, entre a igreja e o mosteiro, nas localidades em que atuavam. Segundo se verifica nas estatísticas de

frei Apolinário da Conceição, já no ano de 1740, apenas os conventos eram 29 (Conceição, 1740).

As escolas de primeiras letras foram fundadas em regime de internato e se destinavam apenas às crianças indígenas, eram exclusivamente masculinas e excludentes, já que se dirigiam, principalmente, aos filhos dos chefes indígenas, como bem salienta Iglesias (2010, p. 346). Os professores eram os próprios missionários que também tinham a função de conversão religiosa e do ensino das artes e ofícios.

Frei Jaboação (1858) escreveu que, na Província do Norte, a de Santo Antônio, a partir de 1718, funcionavam aulas gratuitas nos conventos de Serinhaém, Cairu, São Cristóvão, Penedo, Alagoas e Igarassu. Essas escolas recebiam da Coroa aporte financeiro, a título de retribuição.

Em 1739, o frei Manuel da Ressureição solicitou à Coroa portuguesa o aumento do número máximo de franciscanos, que naquele momento era de 236 religiosos, e justificou o seu pedido. Eles eram necessários para atuarem como mestres de gramática, atividades regulares e integrais nos conventos existentes. A Coroa portuguesa, em 1740, autorizou o aumento do número de religiosos para 400, o que ainda não foi o suficiente nos anos seguintes. Em 1779, utilizando dos mesmos argumentos anteriores, foi feita uma nova solicitação de aumento do número máximo de religiosos, destacando-se novamente as atividades educacionais por esses produzidas em seus conventos e escolas demonstrando, assim, a nítida atividade educacional dos franciscanos no Brasil Colonial.

O Frei Apolinário da Conceição escreveu que, no ano de 1733, existiam aulas gratuitas de gramática em quatro conventos do sul, sendo eles nas cidades que hoje são Macacu e Cabo-Frio, no atual estado do Rio de Janeiro; e Taubaté e Itu, hoje no interior do estado de São Paulo, onde se ensinava também a ler, escrever e contar; e, por volta de 1740, o mesmo frei Apolinário da Conceição afirmou ter esse número aumentado para cinco, mas sem nomear o quinto, quando supõe-se frei Basílio Röwer tratava do Convento de Vitória.

Segundo Frei Venâncio Willeke (1961, p. 87),

Enquanto as escolas dos jesuítas de preferência visavam às cidades, as escolas dos franciscanos beneficiavam o interior, onde os padres seculares na qualidade de capelães dos engenhos de açúcar instruíam tão somente os filhos da chamada 'Casa Grande' ficando, porém, os povoados dependentes da caridade dos filhos de São Francisco.

O ensino também era diferenciado a depender do gênero do aluno, ainda com os franciscanos, por mais que suas ideias de inserção religiosa fossem diferentes das ideias jesuíticas, já que aqui as mulheres eram parte integrante da ordem, a sua educação continuou periférica e pautada na constituição da família.

Iglesias (2010, p. 265) explica que:

O ensino oferecido nos centros femininos não tratou de conhecimentos culturais, mas sim da instrução da fé e dos bons costumes. Sua finalidade era proteger a honra da mulher indígena, bem como formá-la de acordo com o Cristianismo para que depois influenciasse socialmente a família com os valores cristãos adquiridos. Ainda que se encontrem alguns relatos nos quais se possa supor que algumas meninas aprenderam a ler não se tratava de formar mulheres instruídas, por rudimentar que fosse a instrução, mas de proteger as jovens do comércio e prepará-las para os deveres como esposas e mães.

Iglesias (2010, p. 338) explica que nas escolas mantidas pelos frades franciscanos, havia momentos diferentes para o ensino da catequese e da instrução. Percebe-se aqui um primeiro momento quando catequese e instrução são tratadas como ações distintas, porém dentro de uma mesma doutrina e espaço físico.

Rower (1942) escreve sobre a existência de diversos níveis de ensino praticados no período Colonial dentro das escolas franciscanas. Os níveis de ensino foram caracterizados pelas escolas primeiras, sendo elas de letras, artes e ofícios; o ensino secundário e superior para seculares e a formação e estudos dos frades menores. Todos os conventos erguidos no Brasil mantiveram graus de ensino que ultrapassavam o ensino elementar. A maioria das escolas franciscanas, por serem fundadas em missões, tratava apenas do ensino das primeiras letras.

O ensino superior oferecido pelos franciscanos só se constituiu após a expulsão dos jesuítas. Por designação, os franciscanos assumiram escolas que pertenciam aos jesuítas e criaram diversas outras. Aqui está, como demonstrado por Iglesias (2010, p. 330), uma das grandes confusões por meio da historiografia da educação brasileira. Iglesias afirma que “não havia escolas franciscanas específicas para esse nível de educação. O que não significa que não houvesse o ensino do mesmo”. Pois o ensino desse nível, a própria pesquisadora defende, já se fazia há muito e em muitos estabelecimentos franciscanos.

As escolas da Ordem que se destinavam à formação superior, ensinavam Filosofia ou Artes e Teologia e funcionavam nos Conventos onde existiam Seminários. A escola superior se destinou à formação dos próprios franciscanos e, também, dos chamados leigos (pessoas que não faziam parte da Ordem).

A formação para o cargo de professor dentro da Ordem Franciscana foi realizada em terras brasileiras. Os estudos e exigências eram bastante rigorosos. Todos os candidatos deviam passar por exames que, a depender do grau de docência que preiteava, era convocado e presidido pelo Ministro provençal nas casas capitulares, momento em que eram avaliados sobre a capacidade de ministrar aulas, defender teses. Contudo, exigiam-se mais conhecimentos do que simplesmente das matérias que iriam ministrar, cobravam-se conhecimentos de teologia, direito canônico e filosofia, além de serem apresentados a eles textos em latim.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar a origem da educação brasileira, significa conhecer, além dos aspectos econômicos, políticos, administrativos, sociais, culturais e principalmente religiosos, o pensamento pedagógico e a ação educativa daquele período, levando em conta a singularidade dos diversos grupos presentes na colônia. Mais do que isso, significa ir buscar, em um Portugal medieval e renascentista, as suas origens e destacar as especificidades do

espaço colonizado, desde os primórdios, com formas de cultura nativa e africana, forçadamente trazidas ao trabalho escravo.

Quando se faz uma análise da história, é primordial que se observe quem escreveu essa história, quem é o detentor do meio de produção dessas narrativas, isso foi percebido durante as pesquisas para essa escrita. Há uma clara interferência de ideologias e de narrativas pessoais na experiência histórica de cada grupo, o que por sua maioria não se revela uma verdade real, quando examinado o contexto geral. Quando observadas as escritas das diferentes Ordens religiosas presentes na historiografia da educação brasileira, é possível perceber ocultação de informações referentes à outra Ordem, assim como uma minimização de seus atos, ficando clara a interferência pessoal na escrita da história que conhecemos, o que leva o pesquisador a uma necessidade de se debruçar em uma pesquisa com uma visão multidisciplinar de seu objeto.

A educação colonial não se limitou à atuação dos jesuítas, o Brasil que era naquela época, tão plural quanto é hoje, sofria de influências externas e internas no modo de pensar a sociedade e suas necessidades. Quando se deu a chegada dos europeus, sejam eles portugueses ou espanhóis, o fato é que o Brasil já era ricamente habitado, e mesmo dentro dessa cultura interna brasileira na época do descobrimento, as diferenças culturais, mesmo tendo um mesmo eixo estruturador eram tão diversificadas quanto o tamanho do território brasileiro. Cada tribo indígena aqui fixada tinha uma estrutura social, moral, religiosa e “legislativa” diferente, esse fato fica demonstrado com a chegada dos portugueses, que acabaram por dizimar tribos que não se deixaram dominar, e percebe-se que muitas outras acompanharam as atividades coloniais.

Como já mencionado durante o trabalho, existem poucos textos que analisam a historiografia da educação no período colonial, sobretudo quando o tema envolve o trabalho desenvolvido pelas Ordens religiosas que não a jesuítica. Há um considerável acervo documental sobre as práticas educativas produzidas pela Companhia de Jesus, contudo, quando discutimos a respeito do tema, descobre-se que eles não foram os únicos.

Os franciscanos, oratorianos, carmelitas e beneditinos também trouxeram contribuições para a educação brasileira. O trabalho de evangelização e catequização desenvolvido por essas Ordens religiosas são importantes para o entendimento da relação existente entre religião e educação.

REFERÊNCIAS

BRUNÓRIO, B. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 9, n. 1, 2016.

CASIMIRO, A. P. B. S. (2009). Evangelização, catequese e educação no Brasil: Uma perspectiva histórica. **Quaestio**, 11(1), 111-124. Acessado em <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/86>

Crônica do Mosteiro de São Bento de Olinda (1592-1763) (1940). Imprensa Oficial. D. Sebastião I, rei de Portugal. Padrão de redizima de todos os dízimos e direitos que pertencerem a el-rei em todo o Brasil de que sua alteza faz esmola para sempre pera sustentação do Collegio da Baya (1564). In: Leite, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. Lisboa: **Livraria Portugália**; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

IGLESIAS, T. C. A experiência educativa da Ordem Franciscana: aplicação na América e sua influência no Brasil Colonial. 2010. 408 f. Tese (Doutorado em História, Filosofia e Educação) – **Universidade Estadual de Campinas**, Campinas, SP, 2010.

JABOATAM, F. A. de S. M. Novo Orbe Seráfico Brasílico ou Chronica dos frades menores da Província do Brasil. Rio de Janeiro: **Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro**, 1858.

KLEIN, L. F. Educação jesuíta e pedagogia inaciana / Luiz Fernando Klein. -- São Paulo: **Edições Loyola**, 2015.

MESQUIDA, P. Hegemonia Norte-Americana e Educação Protestante no Brasil. Juiz de Fora/São Paulo: **Edufjf/Editeo**, 1994.

MIRANDA, M. C. T. Os franciscanos e a formação do Brasil. Recife, PE: **Universidade Federal de Pernambuco**. 1996.

RATIO ATQUE INSTITUTIO **Studiorum Societatis Iesu Index Regularum**, 1599.

Washington: Conference of Major Superiors Jesuits, 1559/1870.

RAYMUNDO, G. M. C. Os princípios da modernidade nas práticas educativas dos jesuítas. 1998. 143 p. Dissertação (Mestrado). **Universidade Estadual de Maringá**

ROSÁRIO, M. H. A, Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 61, mar 2015.

ROWER, B. (1947). A Ordem Franciscana no Brasil. Petrópolis, RJ: **Vozes**.

SANGENIS, L. F. C. Gênese do pensamento único em educação: franciscanismo e jesuitismo na história da educação brasileira. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 2006.

TOLEDO, C. A. A. Os Beneditinos e a Educação na América Portuguesa. **Revista Portuguesa de Educação**, vol. 35, no. 2, pp. 402-418, 2022 Universidade do Minho.